

O SEXTO CONTINENTE

O SEXTO CONTINENTE INVISÍVEL DESTRUIDOR

GENOCÍDIO ECONÓMICO DAS NAÇÕES

Juliette MARIN

Não se pode conhecer o todo sem considerar as partes partes interdependentes do todo.

Homenagens

A Tom Oosterwaal e Philip Koenig, que partiram demasiado cedo.  
A Bernard Maris, que morreu nos escritórios do Charlie Hebdo, em Paris, a 7 de janeiro de 2015.  
A todos aqueles que lutam pela liberdade.

Agradecimentos

A todos aqueles que, em França e no estrangeiro, distribuíram o dossier de corrupção "Normas internacionais de contabilidade" e a todos aqueles que participaram de alguma forma.

Prefácio

Estamos num ponto de viragem na História, na Humanidade, e no Planeta, o nosso Planeta, Nós Humanos a quem foi confiado um Éden e que, através das nossas acções, dos nossos comportamentos, da nossa Benevolência, das nossas capacidades intelectuais, Todos temos a necessidade de o Respeitar e o dever supremo de o proteger para sua Salvaguarda, a nossa Sobrevivência para Todos!

Arte e Maneira, Abuso de Poder, significa que certos espíritos malévolos intervêm para tentar apropriar-se dessa imensa riqueza colectiva.

Fazem-no por razões que escapam à compreensão dos indivíduos normalmente constituídos, numa tentativa de se apoderarem do poder global através de procedimentos enganadores e incompreensíveis, deixando as populações na obscuridade e podendo conduzir a perturbações patológicas.

Agrupados numa nebulosa "Alta Finança", esta introduziu progressivamente as sementes de uma "Estratégia de Apropriação Abusiva" ao confiar uma Missão desastrosa a uma Classe Política incompetente, Consentida, Submissa e Cúmplice em nome do lucro, que permitiu progressiva e sub-repticiamente a generalização da Escravidão de Todos os Indivíduos que não fazem parte da Armada Político-Financeira através de Estratégias de Apropriação agressivas e ilegais dos indivíduos e da Natureza!

Esta Armada está a Genocidar o Essencial da Humanidade e a destruir o Planeta Azul chamado TERRA.

Para aumentar os lucros, esta casta dominante tornou-se capaz de inventar dispositivos artificiais e lucrativos, de ignorar os dispositivos naturais substituindo-os por processos abusivos, apenas para obter lucros, ao ponto de adoecer as populações e de acumular lucros através de lobbies e outros organismos para poder eliminar um grande número de seres humanos e recuperar a riqueza pessoal em seu próprio benefício.

A ganância atingiu um ponto culminante inacreditável no início dos anos 60, quando foram redigidos os "11 acordos secretos de pseudo-descolonização de 14 países africanos francófonos", obrigando-os a pagar 80% dos seus recursos ao Banco de França, mantendo-os assim totalmente dependentes e impedindo-os de desenvolver a sua economia local, bloqueada pela sua moeda: o franco CFA. O resultado é que este vasto território continua a ser "colonizado" até aos dias de hoje. Estas tutelas continuam a assolar toda a África, da mesma forma que outros países, nomeadamente africanos, estão sujeitos à commonwealth.

Como sublinha a autora deste livro essencial, Juliette Marin: "face aos mercados financeiros desregulados e aos tratados internacionais e mundiais de livre comércio que desprezam todas as constituições mundiais ditas democráticas ligadas a este sistema económico e financeiro de livre comércio, é a escravatura da humanidade que foi legalizada pela manipulação das populações, algumas das quais estão convencidas da existência de uma verdadeira democracia nos seus próprios países".

Apropriação das riquezas, estratégias, destruição dos recursos naturais e dos indivíduos, para deles extrair lucros enormes, cuja base racional nunca poderemos compreender. Devemos, pois, reagir, todos nós, e em todo o mundo, para uma formidável "Reação de Reivindicação dos nossos Direitos Humanos Fundamentais": o ponto de viragem na História do Planeta está aqui, permitindo-nos passar a um Mundo de Respeito por Todos, para Todos e para cada um de nós, inequivocamente e em total e permanente positividade.

A palavra "Trabalho" foi usurpada como "Abuso". Todos os nossos usos e palavras ou definições têm de ser modificados e corrigidos, para repor a positividade que se perdeu com o maquiavelismo desta casta política e financeira desvairada, e de certos media a seu soldo, e outras agressões e corrupções.

Tudo nesta Tese contribui para a viragem essencial desejada por toda a Humanidade, de modo a corrigir os graves erros abusivamente impostos e a extrair novas disposições fundamentais, universais e benévolas para Todos.

Impedir que esse "Sexto Continente invisível" ou Supremacia Planetária abuse magistralmente de todas as noções racionais para se presumir "Possuidor de Tudo", incluindo a imaginação e o Intelecto dos Humanos!

O Homem deve recuperar a sua função original e o Planeta a sua Soberania dos Vivos!

Juan Miguel SAEZ SALVADOR

O Sexto Continente Invisível Destruidor  
"Genocídio económico das nações

Dividido em 4 secções

Dossiê 1: As normas, a arma suprema para manipular as pessoas sem o seu conhecimento

Dossiê 2: As normas internacionais de contabilidade

Dossiê 3: O monopólio de facto das economias na rede financeira mundial

Dossiê 4: Algumas das soluções e remédios para o caos económico

## PLANO

### INTRODUÇÃO (páginas 12 a 14)

Desenho 1: As normas, a derradeira arma para manipular as pessoas sem o seu conhecimento (página 15 a 53)

### Introdução (página 15)

I- A rentabilidade do capital como função inversa dos direitos fundamentais (página 15 a 17)

A- A livre circulação de capitais prejudicial à economia saudável das nações

B- A abolição das fronteiras económicas: um mercado de comércio livre que destrói as economias reais das nações.

C- Uma lei económica fundamental: o interesse do capital é uma função inversa dos direitos fundamentais.

D- O Estado de Direito e o Estado Mercantil.

II- Uma lei económica fundamental que gera uma política económica de guerra às nações e aos cidadãos. (Páginas 17 a 24)

A- O estatuto do cidadão: um contrato excluído do sistema económico e financeiro globalizado pelo direito comercial internacional sobre as populações de direito civil.

B- A inteligência económica.

III- A norma (Página 24 a 28)

A- Definição

B- A tetra normalização

IV- A norma universal do plano de contabilidade: estrutura em árvore e balanço (Página 28 a 33)

A- O plano de contas universal global

1- Classes de contas de exploração

2- As classes de contas do balanço

3- A conta de ganhos e perdas: inventário da produção da economia real

B- O balanço

1- A noção de ativo ou de uso do balanço

2- A noção de passivo ou de recursos do balanço

3- O balanço Generalidades e representação

V- A norma jurídica (Página 33 a 34)

VI- Conflito entre a norma económica: o plano de contas universal mundial e a norma humana: as constituições mundiais (Página 35 a 39)

A- Análise e comparação das duas normas, o plano de contas universal e a norma jurídica de cada país, através de um esquema.

B- Análise e comparação das duas normas através da gestão de bases de dados.

VII- Axioma do tempo e convergências das normas no topo desta unidade que constituem o nosso sistema financeiro mundial. (Páginas 39 a 43)

VIII- O lugar do homem no plano de contas global e a função, o interesse do capital como função inversa dos direitos fundamentais. (Pág. 43 a 44)

IX- O balanço global da humanidade. (Pág. 44 a 46)

X- A hegemonia do direito comercial internacional sobre as nações, resultante da norma contabilística mundial universal, tornando litigiosos ou mesmo inaplicáveis todos os direitos fundamentais do domínio público. (Páginas 46 a 47)

XI- Impacto das normas nas nossas sociedades (Página 47 a 52)

A- Determinismo

B- Impacto sociológico

C- Impacto psicológico

D- Normas culturais.

XII-Conclusão (Página 53)

## INTRODUÇÃO GERAL

"Liberdade" é uma palavra atraente na sua totalidade, mas quando integrada no sistema económico mundial globalizado, na sua aplicação ao longo do tempo, significa o contrário, o que se explica pela própria natureza do sistema económico mundial, ligado aos seus interesses e ao poder concedido ao capital e aos seus detentores. O princípio de que a liberdade de uns termina onde começa a liberdade de outros. Esta expressão é ao mesmo tempo um preceito e um provérbio: ensina-nos a restringir as nossas liberdades em comunidade, mas também é utilizada para alertar contra qualquer abuso de poder. O pilar jurídico desta arquitetura financeira global, numa economia de mercado dita ultraliberal, foi estabelecido com base no respeito dos direitos fundamentais do Homem, que progressivamente incorporou o princípio da liberdade de empresa, conduzindo à liberdade de concorrência entre indivíduos, pessoas colectivas e países, etc. .... E é o próprio conceito de economia liberal de mercado adotado pela França, pela Europa e pelo resto do mundo, o que significa que, através desta política, o Estado procura ser cada vez menos intervencionista na economia.

O objetivo do nosso sistema económico é produzir capital.

Nas nossas sociedades modernas, esta produção tem lugar :

- Através da atividade humana resultante do trabalho humano, a que chamamos economia real.
- Através da atividade financeira resultante da remuneração do capital e dos instrumentos de engenharia financeira que permitem a especulação sobre a economia real, a que chamaremos economia financeira.

Se, ao longo do tempo, a produção de capital da economia financeira se torna cada vez mais importante em relação à produção de capital da economia real, podemos dizer que a economia financeira se torna o motor do sistema.

Pior ainda, é a economia financeira que indexa a economia real.

Num tal sistema, é o lugar do homem no sistema contabilístico universal que permite a aniquilação dos seus direitos fundamentais, e qualquer lei a favor dos direitos fundamentais não pode contrariar este mecanismo ligado à :

- A própria estrutura do plano de contabilidade universal
- Os interesses do capital

Duas regras universais que se aplicam em todo o mundo.

É o plano de contas universal, instrumento de valorização de nossas economias globais, que codificou a escravidão do homem, ao obrigar as nações a praticar políticas em favor do capital, tornando o homem escravo de sua condição de cidadão em todas as constituições do mundo conectadas a este sistema financeiro mundial.

Legalmente, é impossível para ele se livrar desse sistema. Podemos dizer que, além de uma análise global do sistema, a lei codificou a escravidão por uma economia mundial cuja norma suprema é o plano de contas universal e acentuada por uma política mundial de nações submetidas ao livre comércio. Norma que elenca o homem como ferramenta para a produção do capital.

Pior ainda, nossos governos mundiais legislaram estabelecendo uma engenharia financeira em torno do padrão de referência que é o plano de contas universal, permitindo uma aceleração da transferência de capital da economia real (resultante, portanto, do trabalho do homem) para a economia financeira.

Outras ferramentas resultantes da engenharia financeira foram gradativamente legalizadas ao longo do tempo por nossos governos e instituições financeiras globais, não permitindo que nenhuma das nações ligadas a este sistema saísse dele.

Um sistema que torna as nações ad vitam æternam dependentes de dívidas que contratualmente são todas legalmente afetadas:

- Defeito na forma porque questiona globalmente as nossas constituições, contrato soberano que liga as populações às suas nações/países.
- Do vício de consentimento dos povos, desde que todos os contratos assinados por nossos representantes eleitos, desde o decreto, às emendas, à lei passando pelos tratados internacionais sob o sistema econômico de livre comércio e o plano de contas mundial universal, tenham escravizado populações, involuntariamente, a um sistema onde o capital necessário à sobrevivência das nações é baseado em dívidas ilegítimas e mecanicamente formado pela norma que é o plano de contas universal.

Diante da desregulamentação dos mercados financeiros e dos tratados internacionais e globais de livre comércio, desrespeitando todas as chamadas constituições democráticas mundiais vinculadas a esse sistema econômico e financeiro de livre comércio, é a escravidão da humanidade que foi legalizada pela manipulação de populações convencidas, para alguns, da existência de uma verdadeira democracia dentro de seu próprio país.

Qualquer sistema de conjunto de indivíduos que gere o produto do trabalho humano permitindo:

- o Obrigação do homem de trabalhar para produzir capital.
  - o Permitindo também a extinção do trabalho humano pela mera presença ou ausência de capital em um país.
  - o E, uma fusão de trabalho humano com capital por uma regra de contabilidade universal aplicada a todos os elementos produtores de capital do referido sistema, que só pode fornecer gestão humana através da retenção de capital. É o que permite a imagem do patrimônio de nosso sistema econômico global.
- Por esta regra universal aplicável a todos os países do mundo por um fechamento contábil imposto a todos os atores (comerciantes e nações) do sistema.

Tal sistema não pode permitir que o homem e as nações se libertem da imperiosa necessidade de capital para sua existência.

Pelo fato de neste referido sistema o juro do capital ser a função inversa dos direitos fundamentais (inscritos em todas as constituições democráticas, no mundo) vinculados ao homem, podemos dizer que o sistema econômico global não permite a expansão de nossas economias reais pela atividade humana, mas não pela atividade financeira. Mecanismo imposto pelas políticas globais de livre circulação de capitais.

Podemos também dizer que é o estatuto do cidadão obrigado a seguir políticas financeiras e econômicas ilegais e destrutivas para a nação que obriga legalmente as populações a endossar um sistema de escravidão.

Pois em qualquer parte do mundo todo ser humano está vinculado a uma nacionalidade, portanto a uma constituição.

Podemos dizer também que por esta lei fundamental escondida do público em geral: o interesse do capital é a função inversa dos direitos fundamentais, pedra angular do sistema econômico mundial, por repercussões no sistema ao longo do tempo e pela exploração do homem por sua O trabalho é função inversa dos direitos fundamentais, portanto das nações que os consagraram em suas constituições.

Estamos diante de uma gestão de populações por uma ordem econômica conhecida como ordem de mercado que só pode levar mecanicamente à privatização das nações, desses bens e também das populações vinculadas a um arranjo financeiro global que se revela em seus próprios atos e leis fatos uma farsa.

Estamos diante de uma das grandes viradas da humanidade: uma sociedade humana que não tem outro poder senão sair dela recusando um genocídio econômico global e ilegal, endossado por nossos sucessivos governos.

Uma sociedade humana que deve repensar um novo paradigma.

As soluções estão aí. E eles foram deliberadamente escondidos, até aniquilados por um sistema que na verdade é um monopólio das economias do mundo real.

Por um sistema que, por intermédio dos meios de comunicação, tem incutido nas populações uma alienação através de um pensamento restritivo, impedindo-as de compreender que a humanidade está num ponto de viragem da sua existência, confrontada com uma minoria que os obrigou à total dependência dos seus existência de um sistema financeiro global assassino.

Esta síntese está longe de ser exaustiva, foi feita para um amigo com o objetivo de denunciar um crime contra a humanidade.

Procurei popularizar ao máximo as ferramentas financeiras, o sistema, de forma a torná-lo acessível em seu entendimento a um grande segmento da população.

O desconhecimento deste estado de coisas mais do que juridicamente demonstrável é a primeira das forças desta ordem de mercado cuja mecânica na sua complexidade permite que passem despercebidas face às populações: Mecânica que lhes permite roubar as populações na sua totalidade através contratos todos eles ilegais face às constituições mundiais e que colocam a vida e a existência das populações e das nações ao serviço de uma minoria: a oligarquia financeira.